

Juiz usa Imposto de Renda como critério para justiça gratuita

"Quem pode pagar imposto de renda, pode pagar as custas processuais." Esse é o parâmetro adotado pelo juiz José Tadeu Picolo Zanoni, da 1  Vara da Fazenda Pública em Osasco, para negar pedidos de justiça gratuita.

Dollar Photo Club



Dollar Photo Club Para juiz, "quem pode pagar imposto de renda, pode pagar as custas processuais"

Em decisão desta terça-feira (15/10), num processo de fornecimento de remédio, o magistrado afirma usar desse critério "há um bom tempo, como pode ser aferido pelo site do Tribunal de Justiça e em consulta com os funcionários da Vara".

Zanoni diz que é de praxe pesquisar as declara es de rendas dos autores e, a partir disso, aceitar ou não o pedido, considerando ainda os valores da restitui o.

Ele explica:   deferido o pedido para aqueles que pagam IR e recebem tudo ou quase tudo de volta em restitui o. Ou ainda se o valor a ser pago   abaixo de R\$ 1,5 mil. No caso concreto, foi negado porque a pesquisa feita pelo Juízo mostrou imposto superior a este valor.

Para o advogado que atuou no caso, **Raphael Blaselbauer**, a decisão   arbitrária e ilegal. "O juiz deve, em primeiro lugar, seguir critérios de análises individuais, sobretudo em casos tão peculiares em que pleiteia o fornecimento de medicamento pelo Estado".

Segundo o advogado, falta sensibilidade dos juízes "que auferem rendimentos, por vezes, acima do teto constitucional, de se colocarem no lugar de pessoas que batem   porta do judiciário e que não recebem em um ano o valor que juízes recebem em um mês".

Ele considera que esse tipo de decisão precisa ser revista pelas instâncias superiores e reforça a importância da Lei de Abuso de Autoridade (que entra em vigor em 2020) para combater esse tipo de conduta.

**Leia o posicionamento do juiz:**

"A decisão, utilizada há anos na minha Vara, nada tem de arbitrária. O imposto de renda é criado por lei federal, regularmente votada pelo Congresso Nacional, composto de representantes do povo. Se a pessoa pode pagar o imposto de renda, pode pagar as custas processuais, que não são abusivas, nem exageradas. Se a pessoa possui condições particulares que justificam, tal como dito em comentários, a concessão da gratuidade, pode alegar e o pedido será apreciado.

A petição inicial deste caso entrou no dia 15/10 e a decisão da gratuidade, não do pedido de liminar, saiu no mesmo dia 15/10. A publicação neste site aconteceu no mesmo dia 15/10, já com um libelo contra a decisão e seu prolator. O pedido de liminar será apreciado no momento oportuno. A Lei do Abuso de Autoridade, indevida e equivocadamente invocada aqui, ainda está na vacatio legis".

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

Processo: 1025007-62.2019.8.26.0405

** Notícia alterada às 11h do dia 16/10 para acrescentar o posicionamento do juiz*